

DEBATE O MARXISMO E A DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA

Marx e o Colapso da União Soviética

JORGE MIGLIOLI*

Nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do presente século, populistas e marxistas russos muito discutiram a idéia de Marx de que o socialismo somente seria historicamente possível depois que o capitalismo tivesse desenvolvido todas suas forças produtivas. Em sua época, Marx achava que pouquíssimos países se encontravam suficientemente avançados para uma revolução socialista, e entre eles certamente não estava a Rússia czarista. Esta idéia se apoiava em sua concepção de sistema sócio-econômico (ou formação social, para usar um termo mais em moda), e, por exemplo, no Prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política* ele escreveu: "Em certo estágio de desenvolvimento as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais tinham-se movido até então" e "uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca é substituída por relações de produção novas e superiores antes que as condições materiais de existência dessas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade". Portanto, no que se refere a capitalismo e socialismo, este último só é possível quando o primeiro já se encontra em sua plena maturidade, já desenvolveu todas as suas potencialidades.

* Professor da Universidade Estadual Paulista (Araraquara).

Desta idéia decorrem algumas indagações relevantes para o movimento socialista. Por exemplo: o capitalismo teria um fim automático, resultante de tendências internas degenerativas, ou precisaria ser derrubado por forças sociais revolucionárias? (Este constituiu o tema do grande debate sobre o colapso do capitalismo realizado principalmente nas primeiras décadas deste século). Aceitando a posição não-determinista de que o capitalismo não desmorona por si mesmo, resta a questão de como saber o momento em que esse sistema já desenvolveu todas as suas potencialidades e, portanto, está maduro para ser derrubado, seja de forma progressiva (como pretendiam os social-democratas) ou seja de forma abrupta (como queriam os comunistas). Uma terceira questão, extremamente interessante, mas raramente levantada, refere-se ao sistema socioeconômico que substituiria o capitalismo: ele teria de ser necessariamente o socialismo (como está suposto no pensamento marxista) ou poderia ser um outro sistema ainda não visualizado ou percebido? Neste ponto é preciso não descartar a hipótese de que esse "terceiro" sistema poderia até mesmo ser o produto involuntário de forças sociais favoráveis ao socialismo, de acordo com a idéia de Marx de que embora sejam os próprios homens que façam a história, o resultado não é necessariamente o desejado por eles.

Tudo isso tem a ver com nascimento, crescimento e morte da União Soviética (e de outros países denominados "socialistas"). A URSS serve como exemplo da tentativa de substituir o capitalismo por um "terceiro" sistema, apesar de o objetivo inicial ter sido a criação do socialismo. Seria uma agressão à história e à memória dos comunistas russos que fizeram a revolução negar-lhes a intenção de criar um sistema socialista. Contudo, o resultado final, que começou a se delinear a partir do período da NEP - Nova Política Econômica (na metade da década de 1920), foi a instauração de um "terceiro" sistema, nem capitalista nem socialista e que tendeu a se afastar cada vez mais deste último. Sem dúvida, alguns elementos da teoria marxista, ou do que se interpretava como tal, e quase que exclusivamente na área econômica, foram incorporados ou experimentados, mas o sistema vigente na União Soviética tinha muito pouco em comum com os princípios do socialismo. O discurso oficial, mascarado de socialista-marxista e que convenceu tanta gente, foi usado para legitimar o sistema dentro e fora da URSS, para captar a simpatia e o apoio dos trabalhadores e dos movimentos socialistas (comunistas) de todo o mundo, em defesa dos interesses do Estado soviético colocados acima dos interesses desses movimentos.

Assim, o que desmoronou no território da União Soviética (e de outros países do Leste Europeu) não foi *o* ou *um* sistema socioeconômico socialista, mas sim a tentativa de consolidação de um "terceiro" sistema, que pode ser chamado de soviético. Mas por que desmoronou? Os dois elementos básicos para explicar o colapso estão contidos na idéia de Marx mencionada anteriormente: 1. o sistema soviético tentou substituir o capitalismo antes que este desenvolvesse na Rússia as suas forças produtivas, e 2. o sistema soviético

estava em contradição com o desenvolvimento dessas forças.

Todo o esforço da URSS se concentrou em promover o desenvolvimento econômico baseado numa industrialização forçada e voltado principalmente para as necessidades militares, às custas do consumo popular, de um enorme esforço de trabalho, repressão política, migrações compulsórias de grandes massas populacionais etc. O desenvolvimento atingido pela URSS poderia ter sido conseguido, embora de maneira mais lenta, porém com menos sacrifício da população, dentro do capitalismo, principalmente se este contasse com uma organização eficiente e o apoio do mundo ocidental (como o Plano Marshall após a Segunda Guerra Mundial). Para o sistema soviético, a tentativa de substituir o capitalismo antes que este tivesse alcançado um certo nível de desenvolvimento (representado por um melhor nível de renda e de consumo e por um avanço dos direitos políticos e individuais, como os conquistados nos países capitalistas centrais) constituiu um tremendo desgaste junto a sua população - a qual, na primeira oportunidade, manifestou seu repúdio ao sistema.

Para atingir seu objetivo fundamental- um desenvolvimento econômico em nada diferente do capitalista -, o sistema soviético se apoiou numa estrutura cujos pilares principais eram a propriedade estatal dos meios de produção (com algumas concessões para as cooperativas), a forma extremamente centralizada de planejamento e gestão da economia, o trabalho assalariado e o modelo fordista de exploração do trabalho. Até a década de 1950, baseando-se no uso extensivo de recursos naturais e de mão-de-obra, e mesmo com baixa produtividade, a URSS conseguiu atingir altas taxas de crescimento econômico, quando comparadas com as do mundo capitalista central, que passava por um longo período de estagnação. Quando, a partir daí, o capitalismo reiniciou sua expansão econômica, acompanhada de importantes avanços sociais e políticos, a União Soviética não conseguiu acompanhá-la. Seu sistema mostrou-se incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas e com o progresso social e político. Na década de 1960 o sistema deu evidentes sinais de crise de esgotamento; as diversas propostas de reforma (grande parte das quais postulava maior aproximação com o capitalismo) não deram certo ou não foram aplicadas; a crise se aprofundou e no final da década de 1980 veio o inevitável colapso.

***Socialismo Real* e Socialização do Poder Político**

JOSÉ PAULO NETTO*

A crise do *socialismo real*, explodindo nos últimos anos da década passada, derivou num panorama espantoso. O que se mostra, sob os escombros do *sorex* (*socialismo realmente existente*), não é somente o colapso material de regiões inteiras que regredem rapidamente em níveis de vida típicos do "Terceiro Mundo"; este colapso (parece incontestemente a emersão de uma criminalidade que se julgava própria da ordem burguesa) e degradação ideal (os valores do *american way of life* se atualizam na vida cotidiana, ao lado da revivescência de particularismos horrendos) e o que podemos chamar de *exemplarização negativa* - as implicações da desmoralização do projeto socialista, identificado ao "socialismo de caserna", estão custando (e ainda custarão por longo tempo) caro aos legatários da revolução.

Esta corte de implicações barbarizantes; bem como as expressões particulares da crise, não deve servir para ocultar o que me parece ser a gênese do processo, tomada em sua universalidade: a dissincronia que se foi instaurando entre as instituições constitutivas do sistema sociopolítico e as exigências do ordenamento econômico das sociedades pós-revolucionárias. A reduzida *socialização do poder político* (cristalizada pela autocracia stalinista) era congruente com a estrangulada *socialização da economia* (resumida na estatização). Enquanto perdurou um padrão de desenvolvimento econômico *extensivo*, suportável por estruturas sociopolíticas rígidas e excludentes, esta relação não teve efeitos que não pudessem ser ultrapassados. Quando, em meados da década de 70, tomou-se imperativo (pela exaustão do desenvolvimento extensivo, que já consolidara uma sociedade urbano-industrial) um padrão de desenvolvimento *intensivo*, a dissincronia comprometeu-o visceralmente - porque um tal padrão é incompatível seja com um ordenamento

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

econômico estatizado burocraticamente, seja com o seu imbricado e correspondente sistema sociopolítico, de baixíssima participação autônoma. Paradoxalmente, a crise do *socialismo real* resultou do seu sucesso em promover, num lapso temporal extremamente apertado, o que seriam as *pré-condições* para a transição socialista, aquelas inerentes a uma sociedade urbano-industrial: quando logrou criar tais condições, o arcabouço sociopolítico em que se assentava colidiu com as exigências da lógica de uma economia de que fora suprimida a elementar mediação societal do mercado.

Assim vista, a crise do *socialismo real* tem uma inequívoca *centralidade política*, a que remetem os bloqueios do desenvolvimento econômico: deriva da ausência de uma *plena socialização do poder político* - só a implementação da *democracia socialista*, capaz de socializar efetivamente o poder político e rebater imediatamente no ordenamento econômico, com reais *processos autogestionários* aptos para otimizar (com a liquidação de traços e excrescências burocráticas) a alocação central de recursos, poderia garantir o desenvolvimento exitoso das experiências pós-revolucionárias.

Nesta angulação, a crise do *socialismo real* apenas comprova que a superação positiva da ordem do capital reclama as substantivas socializações do poder político e da economia, sem as quais a alternativa comunista é impensável. É a crise de uma forma histórica precisa de transição, aquela que se processou localizadamente nas áreas em que as instituições próprias do mundo burguês mostravam-se atrofiadas. *Não é, pois, afirmação do projeto socialista revolucionário nem a negação da possibilidade da transição socialista*. Seu significado histórico-universal parece-me claro: ela demonstra que a viabilidade da superação da ordem do capital é função de uma *radical democratização da vida econômica, social e política* tão incompatível com os limites do movimento do capital (e seus *loci* necessários, como o mercado) quanto com as restrições de uma ditadura exercida, ainda que em seu nome, sobre os trabalhadores.

Se esta perspectiva de análise é correta, fica patente a inépcia da referência a um qualquer "fim da história". A crise do *socialismo real* inscreve-se não como a falência do projeto socialista revolucionário que visa ao comunismo ou como a derrocada da concepção teórica que o funda (a teoria social marxiana), mas antes como um capítulo dramático num processo histórico de longo curso: aquele em que o *domínio do capital* (que Mézáros já indicou ser diferente de *domínio do capitalismo*) revela a sua crise estrutural geral. De fato, o que peculiariza a quadra atual da história contemporânea é o entrecruzamento da crise do *socialismo real* com a crise da última forma "democrática" do mundo burguês: o chamado Estado de bem-estar social. O que se pode denominar de *crise contemporânea* é precisamente a convergência do fracasso das experiências pós-revolucionárias com o fim das ilusões do *welfare state*.

Se se puder conceber o "fim da história", então o ponto ômega é a barbárie (de que a ofensiva neoliberal é somente a retórica necessária). Mas o tratamento menos epidérmico do que se passa no Leste e no Oeste assegura que não existe um único indício capaz de sugerir que a *velha toupeira* tenha concluído o seu trabalho eversivo.

A Dificil Supressão das Relações Mercantis

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

A dificuldade liminar da questão - como se pode compreender, do ponto de vista do marxismo, a desagregação da União Soviética? - está em esclarecer o que devemos entender por ponto de vista do marxismo. No caso, certamente não há de ser a letra dos textos de Marx e Engels. Nenhum dos dois previu nada semelhante à União Soviética e ao hoje extinto "campo socialista internacional" ou "socialismo real". Seria então o espírito de seus escritos? Sem dúvida, mas como ele não está na letra como o fruto em sua casca, é mais fácil invocá-lo do que defini-lo. Dispomos, entretanto, de uma sólida exposição, no mais rigoroso espírito marxista, dos princípios políticos da revolução socialista. Por uma não casual ironia histórica, *O Estado e a Revolução* (já que evidentemente é a esta obra maior de Lenin que estamos nos referindo) foi redigido antes (em agosto-setembro de 1917) e publicado logo depois (início de 1918) da Grande Revolução de Outubro. Atualização recapitulada dos escritos de Marx e de Engels sobre as experiências revolucionárias do proletariado parisiense, em especial a da Comuna de Paris, essa síntese lenineana reafirma, contra o rebaixamento teórico do programa da Internacional Socialista (sob o influxo preponderante da ala direita conduzida por Bernstein e do centro kautskista), o valor universal das formas de organização do poder político corporificadas na efêmera mas grandiosa tentativa revolucionária empreendida em 1871 pelos operários franceses. A ironia cronológica de *O Estado e a Revolução* está em que, reiterando, às vésperas da Revolução de Outubro, a concepção marxista do Estado operário como forma política de superação da forma estatal, fixava de antemão o mais nítido parâmetro teórico para criticar o Estado que iria realmente ser engendrado pela revolução. Embora tenha vivido o suficiente para apontar as deformações burocráticas precoces da República dos Sovietes, tampouco Lênin pôde prever

* Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

que a tomada do poder pela classe operária russa, a destruição da máquina burocrático-militar do czarismo, a coletivização dos meios essenciais de produção, não conduziram aos exaltantes objetivos históricos em nome dos quais se fizera a Revolução.

As derrotas sofridas pela classe operária alemã, húngara e italiana, notadamente, entre 1918 e 1924, ao bloquear o avanço internacional da revolução proletária, bloquearam também as perspectivas de desenvolvimento acelerado da Rússia soviética. Vale lembrar que não somente Marx, Engels e outros dirigentes socialistas do século XIX, mas também os bolcheviques e todos os comunistas do primeiro quarto do século XX - aqueles que fundaram e dirigiram o Komintern - conceberam a revolução proletária como um processo internacional. Estavam a tal ponto convencidos de que nos escombros materiais e morais deixados pela grande guerra interimperialista de 1914-18 a "ordem nova" operária e socialista iria se impor não apenas na Rússia, mas em toda a Europa e de que, portanto, Outubro de 1917 havia configurado apenas o início de um processo de envergadura planetária, que Lenin, em 1919, ao abrir o congresso de fundação do Komintern, saudou os participantes anunciando estar próxima a hora da fundação da República Soviética Mundial...

As medidas ditatoriais adotadas pelos bolcheviques durante o chamado comunismo de guerra (1918-22) foram portanto concebidas como excepcionais. Configuravam sem dúvida um desvio de rota relativamente ao paradigma da Comuna de Paris e ao próprio conceito de ditadura do proletariado, já que em vez de direção política da sociedade pela classe operária organizada, isto é, em vez de ditadura de classe, havia na Rússia soviética a ditadura do Partido Bolchevique.

Com a notável exceção de Rosa Luxemburgo, os principais teóricos e dirigentes marxistas revolucionários aceitaram a necessidade daquele desvio de rota, entendendo-o como um recuo tático imposto pela força das circunstâncias. O assassinato de Rosa Luxemburgo em janeiro de 1919 pela contra-revolução alemã, sem destruir seus argumentos a favor da democracia socialista, reforçou a opinião dos dirigentes bolcheviques de que à violência contra-revolucionária era imperativo contrapor a violência revolucionária.

Ao recuo tático da ditadura de classe para a ditadura do Partido somou-se, a partir de 1923, com a adoção da "nova política econômica" (NEP), novo recuo, também concebido como tático, mas afetando agora a base econômica da sociedade. A NEP, com efeito, consistiu no apelo ao potencial de desenvolvimento capitalista de amplos setores, principalmente agrários, da economia soviética. Embora conservando a propriedade eminente do solo, o Estado operário cedeu-o lhe a posse à pequena e média empresa camponesa.

A NEP durou muito menos do que o previsto e a ditadura do Partido muito mais. Nesta dupla dissincronia resume-se o desencontro histórico do poder bolchevique com a política marxista. Trotski, como se sabe, foi o primeiro dirigente comunista de envergadura a teorizar este desencontro. *A Revolução Traí-*

da, que publicou em 1936, desenvolve uma interpretação global da degenerescência burocrática do Estado operário soviético, sustentando notadamente que a apropriação do poder político pelo Partido Bolchevique e sua conseqüente fusão com o aparelho estatal havia engendrado um estrato ou camada burocrática que preservara as bases econômicas do socialismo (coletivização dos meios de produção), mas colocando-as a serviço de seus interesses particulares de categoria social privilegiada.

Embora a crítica de Trotski abrangesse todos os aspectos da sociedade soviética submetida à ditadura staliniana - àquela altura já francamente terrorista -, o princípio de explicação em que se apoiava era assumidamente político (usurpação burocrático-ditatorial do poder operário). O conteúdo econômico de sua crítica cinge-se ao inventário das distorções e disfuncionamentos resultantes da gestão burocrática do aparelho produtivo. A natureza das relações de produção e conseqüentemente o próprio modo de produção da economia soviética não são analisados concretamente em sua singularidade histórica. *A Revolução Traída* permanece prisioneira da contradição que pertinentemente formulou: de um lado o caráter objetivamente socialista da base econômica; de outro, sua apropriação pela burocracia staliniana. Nesta contradição não resolvida configuram-se a força e a fraqueza da interpretação de Trotski.

A força: permaneceu válida até o fim - isto é, até Gorbachov - a tese de que o fator estratégico do bloqueio da evolução socialista da União Soviética residia na autonomização do poder político relativamente à sociedade e notadamente em relação à classe operária. A apropriação do Estado pela burocracia, a osmose do aparelho de Estado com o aparelho do Partido, a concentração ditatorial de todos os poderes efetivos na cúpula do Partido-Estado, enfim, a metamorfose da ditadura do proletariado em ditadura *sobre* o proletariado constituíram, ao longo das décadas que seguiram a publicação de *A Revolução Traída*, o ponto de referência do debate marxista sobre a União Soviética.

A fraqueza: a insuficiência de sua análise econômica e, portanto, da elucidação das relações de produção na URSS. Deixa sem resposta teórica a determinação da lógica objetiva da evolução da economia soviética.

A busca desta resposta passava pela superação crítica do caráter superestrutural da explicação trotskista, através da hipótese de que a burocracia constituía uma classe social, concebida por alguns como de tipo novo (assim o marxista italiano Umberto Melotti identificou um novo modo de produção na sociedade soviética, o coletivismo burocrático), por outros, como restabelecimento do capitalismo (tese sustentada pelos comunistas chineses após sua ruptura com a URSS).

O desmantelamento abrupto do "socialismo real", por menos ecléticos que queiramos ser, não desmentiu nem confirmou nenhuma dessas hipóteses. A fulminante rapidez com que se processou, primeiro nas "democracias populares", depois na URSS, a tomada do poder pela reação liberal dá parcialmente razão às teses trotskistas, na medida em que ficou demonstrada a falta de consistência histórica da burocracia: ela parece ter se comportado, de fato, não como uma classe dominante, mas como uma categoria superestrutural umbilicalmente ligada às estruturas do Estado e do Partido. Porém o fato, também incontestável,

de que a derrocada da burocracia deu lugar não a um avanço da classe operária e do socialismo, mas a um retrocesso generalizado, desmente o utopismo messiânico da "revolução permanente" e aponta para a questão decisiva que o trotskismo não pensou: a lógica objetiva das relações de produção do "socialismo real".

Mais ambígua ainda é a verificação da tese maoísta de que desde Kruchov o capitalismo havia sido restabelecido na URSS. Se a tese fosse verdadeira, então a capitulação de Gorbatchov diante do liberalismo rançosamente reacionário de Boris Ieltsin *et caterva* e a caótica demolição das estruturas econômicas soviéticas não teriam maior significação, já que de há muito lá estaria instaurado o capitalismo. Antiteticamente, porém, cabe notar que a rápida e voraz reconversão ao capitalismo de ampla parcela de funcionários do Partido e do Estado do extinto socialismo real mostrou que continuava fortemente ativa neste modo de produção *sui generis* a função da moeda como cristalização da riqueza social e, portanto, a possibilidade de restabelecer, mediante a liquidação do coletivismo estatal e da planificação, a lógica da acumulação capitalista.

A questão da persistência da moeda e das relações mercantis em todos os países do campo socialista internacional, agora reduzido quase completamente à Ásia, constitui o mais sério desafio teórico para o marxismo contemporâneo. A URSS e adjacências desabaram porque não conseguiram ultrapassar a etapa estatal da coletivização dos meios de produção. Conseqüentemente, a planificação central, instância investida da função decisiva de coordenar os meios de produção em vista da satisfação das necessidades e objetivos sociais, permaneceu também cristalizada em seu momento estatal, aprofundando assim a contradição entre o interesse da burocracia e os interesses da sociedade. Resolver progressivamente essa contradição seria fortalecer o princípio do controle social relativamente ao controle estatal e, portanto, superar a planificação burocrática pela planificação democrática. Havia, porém, uma forma historicamente regressiva de supressão da contradição entre a apropriação estatal dos meios de produção e as forças sociais de produção: a instauração da propriedade capitalista. Foi esta a opção de Gorbatchov, que Boris Ieltsin levou adiante, com efeitos catastróficos.

Marxismo e Capitalismo de Estado

MÁRCIO BILHARINHO NAVES*

Ao significado não apenas do fim de uma experiência supostamente socialista, mas o da impossibilidade mesma do socialismo, e *a fortiori*, do desintegração do chamado "socialismo real" passou a ter para muitos marxismo enquanto teoria que empresta um fundamento científico ao socialismo. Evidentemente, *débâcle* da União Soviética e de outros países do Leste europeu serviu e vem servindo como um instrumento da luta de classes ideológica que a burguesia utiliza para desarmar teórica e politicamente a classe operária. Proclamando o "fim da história", isto é, a eternidade das relações sociais capitalistas, a classe dominante procura encerrar os trabalhadores em uma vida desprovida de sentido e de razão, em que possa reinar tranqüila e definitivamente sobre uma classe operária dócil e conformada com a exploração do capital. Isso, no entanto, não elide a necessidade de os marxistas procurarem pensar com rigor a experiência soviética, notadamente porque a União Soviética foi, durante um largo período histórico, considerada como o "modelo" do socialismo, e não são poucos os que, apesar de tudo, ainda não se libertaram completamente dessa concepção.

Para que se possa compreender, do ponto de vista do marxismo, as contradições e a crise do suposto socialismo soviético, é necessário proceder à crítica da representação do socialismo dominante no movimento comunista, que provém diretamente do "marxismo" da Segunda Internacional, e passar ao exame das contradições que permearam a experiência soviética.

Essa representação consiste em *identificar o socialismo com a propriedade estatal dos meios de produção*, de modo que a simples transferência para o Estado dos meios de produção é a condição necessária e suficiente para que se constituam novas relações de produção socialistas.

* Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Uma tal concepção implica, assim, definir o socialismo por um elemento jurídico - a transferência de propriedade -, concedendo a primazia na caracterização de uma formação social a um elemento da superestrutura, em vez de remeter a determinação desse elemento e de toda a formação social à base econômica. Dessa primeira dificuldade de natureza metodológica decorrem outras, que deixam revelar o quanto essa concepção é estranha ao marxismo, e a que interesses de classe ela serve. Ao se identificar o socialismo com uma mera operação que se passa no domínio do direito, perde-se de vista o essencial, que os elementos que permitem caracterizar uma formação social são a *natureza das relações de produção* e o *caráter das forças produtivas*. A conquista do poder político e a decorrente expropriação da burguesia não são suficientes por si sós para extinguir as relações sociais capitalistas, que remanesçam porque a simples transferência de titularidade não pode alterar a sua *natureza*, que não é determinada pelo direito, mas por um modo específico de articulação entre os meios de produção e o trabalhador direto. Após a revolução, *a luta de classes prossegue*, com a classe operária procurando, por um lado, destruir o *núcleo duro* das relações sociais capitalistas, justamente aquilo que permite a dominação e a expropriação do trabalhador: *uma dada organização do processo de trabalho que retira do operário todo e qualquer controle das condições materiais da produção e do produto de seu trabalho, e que se funda na divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e na divisão entre as tarefas de direção e de execução*. E, por outro lado, procurando destruir o aparelho de Estado burguês, visando, por meio da *ditadura do proletariado*, transformá-lo em algo que já não seja mais propriamente um Estado, isto é, procurando criar as condições para a sua extinção. O socialismo é precisamente esse período de transição do capitalismo para o comunismo no qual a classe operária luta para operar essas transformações na base econômica do capitalismo, e para se apropriar efetivamente - e não apenas formalmente - do poder.

Na ausência desse esforço de *revolucionarização das relações de produção*, com a conseqüente instauração de *novas forças produtivas, de caráter comunista*, e de *transformação do Estado* com o objetivo final de *substituí-lo por organizações de massa*, o modo de produção capitalista não é atingido, a lógica do capital continua a prevalecer, e o Estado permanece como uma instância que separa as massas do poder e as reprime, de tal sorte que os agentes sociais que dirigem o processo de produção, que controlam o produto do trabalho e que dominam o aparelho de Estado, passam a se constituir em uma burguesia de novo tipo, uma burguesia de Estado, que se diferencia da antiga burguesia por não deter o título de proprietária privada dos meios de produção, mas deles se apropriando pela mediação do Estado. É isso que autoriza a considerar uma formação social com tais características como sendo um *capitalismo de Estado*, no qual os meios de produção pertencem formalmente ao Estado, mas que, na ausência de uma verdadeira transformação das relações de produção capitalistas,

são controlados e utilizados privada mente por uma nova classe burguesa a partir dos lugares que ela ocupa no processo de produção e no aparelho de Estado(1).

E são essas as razões que autorizam também a considerar a antiga União Soviética como sendo um capitalismo de Estado. De fato, após os anos iniciais da Revolução, no decorrer dos quais assiste-se a um esforço - muito embora parcial e limitado - de transformação das relações sociais e do Estado, paulatinamente - especialmente a partir do fortalecimento da orientação staliniana - se vai formando uma nova classe dominante, e se vai abandonando a luta por uma real superação do capitalismo. Stalin se constitui no principal agente e no ideólogo *par excellence* do capitalismo de Estado. Consagrando *a direção única nas empresas*, eternizando a divisão do trabalho manual e intelectual, retirando dos trabalhadores qualquer possibilidade de gestão das unidades produtivas, Stalin realiza, de uma maneira tão brutal quanto no capitalismo "privado", a submissão, a dominação e a extração de mais-valia da classe operária. A par disso, Stalin não só abandona qualquer esforço de transformação do Estado, como é o inspirador de um Estado burguês terrorista, que promove uma violenta repressão sobre os comunistas, o campesinato e a classe operária(2)

Se no período stalinista ocorre um forte crescimento das forças produtivas capitalistas, o esgotamento das fontes de crescimento econômico extensivo e as dificuldades para se passar a uma acumulação intensiva fazem com que as contradições - que já se manifestavam no período de Stalin - se tomem insuportáveis. Assim, abre-se, no início dos anos 60, uma época de crise permanente e de sucessivos esforços de reforma econômica. Essas reformas visavam superar a contradição entre a plena vigência das categorias mercantis e o controle burocrático central, por meio de uma maior autonomia para as unidades produtivas e de um esforço - restrito, no entanto - de implantação do taylorismo(3). As reformas de Gorbatchov em nada diferiam dos planos reformistas anteriores, todos incapazes de superar a crise,(4) mas, tendo encontrado condições políticas favoráveis, acabaram por ter o seu desfecho mais lógico: a passagem do capitalismo de Estado para o capitalismo "privado".

1. Cf. Charles Bettelheim, *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

2. Cf. Charles Bettelheim e Bernard Chavance, "Le Stalinisme en tant qu'Ideologie du Capitalisme d'Etat", in *Les Temps Modernes*, n° 394, 1979, e Charles Bettelheim, *A Luta de Classes na União Soviética*, v. 2, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, e *Les Luttes de Classes en URSS*, 3° período, t. I e 2, Paris, Maspéro/Seuil, 1982.

3. Cf. Jacques Sapir, *Travail et Travailleurs en URSS*, Paris, La Decouverte, 1984, e Filippo Bucarelli, *L'Organizzazione Scientifica dei Lavoratori in URSS*, Milão, Franco Angeli Editori, 1979.

4. Na impossibilidade de desenvolver mais amplamente as razões do fracasso das reformas econômicas dos anos 60, remeto ao já citado livro de F. Bucarelli, e ao trabalho de Piero Bernocchi *Le "Riforme" in URSS*, Milão, La Salamandra, 1977.

A crise que a União Soviética conhece e que leva à sua desagregação é, assim, a crise de um modo específico de capitalismo, o capitalismo de Estado, que, quando se esgota o padrão de acumulação extensiva, não é mais capaz de sustentar o crescimento das forças produtivas. *Não é, portanto, uma crise do socialismo, nem pode ter o significado de um esgotamento do marxismo, pois, como vimos, o socialismo e a teoria marxista não foram "desmentidos" pela experiência soviética, cujo desenlace reforça a necessidade de superar o horizonte do capitalismo sem sucumbir à forma mistificadora do capitalismo de Estado.*

Sobre a Dissolução da União Soviética

JACOB GORENDER*

Em julho de 1991, ouvi de um intelectual cubano, em Havana: "Durante trinta anos, tivemos a certeza de que o campo socialista era eterno. Nesta certeza fundamental, apoiávamos o nosso projeto de construção do socialismo em Cuba. Agora, o campo socialista deixou de existir. Ficamos desorientados com relação ao nosso projeto e ao nosso futuro".

Em agosto do mesmo ano, encontrava-me em Moscou, no momento em que um grupo da alta burocracia do Partido Comunista da União Soviética desfechou o golpe de Estado visando salvar o predomínio do Partido, minguate e cada vez mais contraído. Chegaram tarde. Quando, no final de agosto, tomei o avião para viajar de Moscou a Varsóvia, o Partido Comunista já estava fora da lei. Seu comitê central fora dissolvido pelo próprio secretário-geral, Gorbatchov, seus bens confiscados pelo Estado e suas sedes ocupadas pelo governo da Rússia, presidido por Ieltsin.

Poderia a União Soviética sobreviver sem o PCUS?

A resposta veio poucos meses em seguida. Em dezembro, a URSS também se extinguiu.

A fim de compreender origens e causas de acontecimento de tanta repercussão, creio ser imprescindível remontar ao império czarista, do qual a URSS foi sucessora.

Fixados desde o século V na região oriental da Europa, os povos eslavos constituíram diversos principados, obrigados a enfrentar invasões de normandos, suecos e teutões. No século X, invasores normandos fundaram o primeiro Estado russo, o Grão-Principado de Kiev. Assim, a primeira Rússia foi criação de conquistadores e, ao mesmo tempo, teve preponderância ucraniana. A preponderância dos eslavos russos viria com a transferência da capital para

*Historiador.

Moscou. Mas, durante três séculos, o desenvolvimento estatal russo se viu obstaculizado pelo jugo dos conquistadores mongóis. Libertados desse jugo no século XVI, o Estado russo unificou os povos eslavos do Oriente europeu e deu início ao império czarista, a partir de Ivã IV, o primeiro czar, apelidado o Terrível.

O Império czarista russo se expandiu em todas as direções. Tomou a Sibéria, dos Urais ao Extremo Oriente, incorporando dezenas de etnias autóctones. Penetrou pelo Cáucaso e submeteu seus povos. Anexou a Finlândia, a Lituânia, Estônia e Letônia, assegurando acesso ao mar Báltico. Dominou grande parte da Polônia, dividindo o território desta com a Prússia e a Áustria. Em constante hostilidade com o Império otomano, ajudou os povos balcânicos a se livrarem da secular opressão turca, mas se apossou de partes do Império otomano, como a Criméia e as províncias romenas da Moldávia e da Vláquia. Diante da pretensão russa de uma saída para o mar Mediterrâneo, através do estreito dos Dardanelos, e a conseqüente ameaça de avanço até Constantinopla, iniciou-se, em

1854, a chamada Guerra da Criméia, na qual a aliança dos turcos com a Inglaterra, França e Piemonte impôs a derrota ao Império czarista e freou sua arremetida meridional.

Em meados do século XIX, o Império czarista tinha sob sua jurisdição a maior extensão territorial contínua do mundo, com cerca de 23 milhões de quilômetros quadrados. Constituíam imenso conglomerado de nações, nacionalidades, minorias nacionais e etnias, em número de cerca de centena e meia. Desde o século XVI, estabeleceu-se a atroz servidão feudal dos camponeses, só parcialmente aliviada com a reforma de 1860, promovida por Alexandre II. O Estado czarista se apoiava diretamente na nobreza parasitária e numa burocracia imensa, que sugava vorazmente as energias do povo. As nacionalidades não-eslavas e, particularmente, não-russas, sofriam uma opressão duplicada.

O Império czarista se aliou às forças reacionárias européias contra a Revolução Francesa e se opôs à vaga revolucionária de 1848. A intervenção direta do Exército russo esmagou a insurreição húngara.

Marx e Engels consideravam a Rússia o baluarte da reação européia e Lenin chamou o Império czarista de "cárcere dos povos". Tendo em vista primordialmente a realidade de seu próprio país, Lênin elaborou teoricamente a questão da autodeterminação das nações, até o direito de separação, travando, a respeito, uma polêmica com Rosa Luxemburgo, a qual, erroneamente, considerava que a luta pelo socialismo dispensava a defesa de reivindicações especificamente nacionais.

Mas da formulação doutrinária à aplicação prática dos princípios teóricos a distância iria demonstrar-se enorme.

A Primeira Guerra Mundial liquidou os Impérios otomano e austro-húngaro, conglomerados multinacionais e multiétnicos assemelhados ao Império czarista. Contudo, a estrutura deste sobreviveu, dentro da nova entidade estatal chamada União Soviética, formalmente criada em 1922. A extensão territorial da nova entidade se reduziu em pouco com relação à antecessora. A Finlândia, os três Estados bálticos – Lituânia, Letônia e Estônia – e a Polônia se

tomaram independentes. O novo poder soviético, comandado pelos bolcheviques, reconheceu-lhes o direito de autodeterminação, incluindo a separação. Apesar disso, continuaram a coexistir, nos limites da URSS, mais de uma centena de nações e etnias, congregadas sob a supremacia da nação russa.

A questão com a Polônia não se resolveu tranqüilamente. Diante da invasão da Ucrânia, em 1920, por tropas polonesas comandadas pelo governo Pilsudski, aliado ao general ucraniano contra-revolucionário Petliura, o Exército Vermelho revidou e penetrou em território polonês. Lenin apoiou o plano de ocupação de toda a Polônia, o que levaria a esta o socialismo bolchevique e daria uma posição estratégica, na fronteira com a Alemanha, onde ainda havia a esperança de um levante anticapitalista. O plano era francamente adverso ao princípio da autodeterminação nacional. Trotski se opôs à iniciativa, argumentando que, em território polonês, o Exército Vermelho se veria cercado por uma população hostil, que o confundiria com o odiado exército czarista. Nas proximidades de Varsóvia, as forças bolcheviques foram detidas e sofreram derrota decisiva infligida pelos poloneses, com o auxílio substancial de militares franceses comandados pelo general Weygand (fez parte desse grupo o então capitão Charles de Gaulle). No tratado de paz afinal assinado, a Polônia ganhou as regiões ocidentais da Ucrânia e da Belarus (então chamada Bielo-Rússia).

Também com a Geórgia, a questão não foi tranqüila. Em 1922, o Partido Menchevique venceu as eleições e assumiu o governo. O fato se celebrou, na época, como a primeira vitória de um partido socialista num pleito eleitoral livre. Stalin e Ordjonikidze não aceitaram a manifestação da vontade da população georgiana e destituíram o governo menchevique pela força, incorporando o país caucasiano à nascente União Soviética. Lenin protestou com veemência contra esse comportamento brutal, mas, seriamente enfermo, não conseguiu desfazer o que já estava consumado.

Stalin era um georgiano russificado. Desprezava os seus compatriotas, que tratava como "caipiras", e assimilou o chauvinismo e os estereótipos mentais dos grão-russos. Inclusive o anti-semitismo tradicional, que persistiu na era soviética sem contraposição eficaz no sistema educacional e nos outros meios de influência ideológica.

Na questão nacional, a ditadura stalinista seguia o curso espontâneo dos fatores objetivos e subjetivos herdados do passado czarista, reforçados pela tese da possibilidade da construção do socialismo num só país. A tese se apoiava numa psicologia social nacionalista e incitava a exaltar as qualidades dos povos soviéticos e, está claro, muito particularmente o heroísmo dos russos, o povo-guia. Prosseguia a tendência à russificação dos espaços de outras nacionalidades, na medida em que russos dominavam o aparelho do Partido Comunista e do Estado e se transferiam, em grandes contingentes, aos territórios das repúblicas. A língua russa continuou língua oficial para todos os povos da URSS e o próprio fato da superioridade cultural estimulava a russificação. Assim, antes identificada com o czarismo, a russificação agora se identificava com o marxismo-leninismo.

Numa organização estatal com tantas nacionalidades e etnias, a ditadura stalinista interveio nas questões nacionais seguindo critérios administrativos e, com frequência, os mais arbitrários. Não admira que, abertas as comportas pela *perestroika*, a pressão acumulada pelas medidas arbitrárias tenha se manifestado com tanto potencial de ódio nos conflitos interétnicos.

A arbitrariedade stalinista atingiu o extremo no tratamento dado a vários povos da URSS, no período da Segunda Guerra Mundial. Condenados, sem direito à defesa, pelo suposto crime coletivo de traição ao poder soviético e de colaboração com o invasor nazista, povos inteiros se viram erradicados dos territórios, onde, há séculos, habitavam e, nas condições mais penosas, transferidos e dispersos pela Sibéria. Sofreram a pena de expulsão coletiva os tártaros da Criméia, os alemães do Volga, os checheno-inguches e os mechkétios. Obrigados a se fixar nos territórios de outras nacionalidades, é compreensível que ali suscitassem atritos e ressentimentos. Ao expulsar povos inteiros dos seus lugares pátrios, onde haviam criado culturas originais, o socialismo de Estado stalinista cometeu uma perversidade que o próprio czarismo nunca se atreveu a praticar.

O Pacto Germano-Soviético de 1939 permitiu que a URSS fizesse a reanexação pela força dos três países bálticos e da Moldávia, recuperando também as regiões ocidentais da Ucrânia e da Belarus. Terminada a guerra, a URSS se configurou como uma associação de quinze repúblicas federadas, vinte repúblicas e dezoito regiões autônomas e numerosos territórios autônomos. Havia também minorias nacionais, como eram considerados os judeus. Na medida em que se declarava voluntária e baseada nos critérios científicos do marxismo-leninismo, esta arquitetura política parecia sólida e à prova de contradições. A propaganda alardeava que a União Soviética representava algo inédito na história: uma congregação fraterna e solidária de povos plenamente iguais em direitos e com acesso idêntico ao progresso material e cultural conjunto.

Compreende-se que, em 1985, ao assumir o cargo de secretário-geral do Partido Comunista e dar início à *perestroika* e à *glasnost*, Gorbatchov não fizesse sequer uma alusão à questão nacional. Ao propor reformas, naquele momento aparentemente audaciosas, em vários âmbitos, nenhuma dessas reformas se relacionava com problemas de caráter nacional. A cúpula do PCUS tinha por indubitável a inexistência de tais problemas, ao menos com a gravidade que requeresse inclusão no plano reformista da *perestroika*.

Não demorou para que a realidade surpreendesse os dirigentes comunistas e lhes revelasse contradições nacionais de intensidade alarmante. Sufocadas durante o regime de censura cultural e monopólio oficial das informações, tais contradições, numa situação de crescente liberdade de expressão, vieram à tona com impulso explosivo. Já em 1987, os armênios começaram a se engalfinhar, em choques sangrentos, com os azerbaijanos, pelo controle de Nagorno-Karabakh, enclave de população armênia no território do Azerbaijão. Seguiram-se, como é sabido, numerosos outros confrontos entre nacionalidades e etnias, não raro com características de *pogroms*. Ao mesmo tempo, crescia o comportamento hostil das repúblicas contra o poder soviético-comunista

centralizado em Moscou. A reivindicação de independência e separação ganhou expressão ostensiva nos três países bálticos e, logo em seguida, na Armênia, Geórgia e Ucrânia. As repressões brutais de tropas de choque só agravaram os sentimentos de hostilidade. Longamente oprimidas por um poder central despótico, as repúblicas agora ansiavam pela autodeterminação plena. Ainda mais na medida em que a situação econômica se deteriorava e a reivindicação nacionalista se associava a posições pró-capitalistas. O poder central, encarnado na fusão do Partido Comunista com o Estado, ganhou a imagem de representante do fracasso do socialismo de Estado.

Esta imagem impregnou a consciência do próprio povo russo, cuja maioria deu apoio a Ieltsin na sua disputa com Gorbachov. Dessa maneira, o Partido Comunista e o Estado soviético perderam, em ritmo acelerado, o suporte da nação que constituía a espinha dorsal do sistema multinacional.

Em meados de 1991, Gorbachov empreendeu a última tentativa de salvação deste sistema. Fez a proposta de um tratado da União, ao qual seria voluntária a adesão das repúblicas federadas e que dava a estas direitos amplos jamais antes concedidos. Publicado pela imprensa a 15 de agosto, o tratado receberia, no dia 20, as assinaturas já compromissadas dos presidentes da Rússia (Ieltsin), do Cazaquistão e do Uzbequistão, ficando aberto a posteriores assinaturas dos presidentes das demais repúblicas.

A cúpula da burocracia comunista percebeu que a vigência do tratado conduziria à eliminação dos privilégios, que o sistema estabelecido lhe conferia. Daí a detenção de Gorbachov pelos conspiradores golpistas, a 18 de agosto, e o anúncio, no dia seguinte, da tomada do poder por um comitê de emergência. Esvaziados de força efetiva, os golpistas sofreram rápida derrota. Mas o golpe acentuou nos próprios russos os sentimentos nacionalistas e anti-soviéticos. Livrar-se do poder soviético significava desembaraçar-se do sistema político responsável pelo atraso tecnológico e econômico, pela degradação do padrão de vida, pelas desgraças de um passado, que só nos últimos anos pudera ser revelado em seus tenebrosos detalhes.

Ieltsin explorou habilmente esses sentimentos e, assim, com apoio da grande maioria dos russos, os presidentes da Rússia, da Ucrânia e da Belarus assinaram, a 9 de dezembro, o documento que proclamava a cessação da existência da União Soviética. Logo em seguida, as demais repúblicas se associaram a esta proclamação e nove delas anunciaram sua adesão à Comunidade de Estados Independentes (CEI), entidade sem caráter estatal, nem poder supranacional. Reconhecendo os fatos consumados, a 25 de dezembro Gorbachov renunciou ao cargo de presidente de uma entidade desaparecida.

A dissolução da URSS pôs fim a uma estrutura política multinacional que, após a Primeira Guerra Mundial, só conseguiu uma sobrevida graças ao domínio ditatorial do Partido Comunista como partido único dirigente, por princípio constitucional. Submetida a poderosas forças centrífugas no curso da *perestroika*, aquela estrutura não conseguiria manter-se após a desagregação do Partido Comunista. Seu término estava selado.

A extinção da URSS constitui, por certo, a comprovação histórica mais taxativa acerca do fracasso do socialismo de Estado. Inclusive sob o aspecto de sua incapacidade para resolver os problemas nacionais legados pelos regimes precedentes.

O internacionalismo marxista propõe a união voluntária dos povos sob o regime socialista. Ao mesmo tempo, reconhece a cada povo o direito de separação e plena autodeterminação nacional.